



Bolsonaro e integrantes do Executivo tentarão colar na carta pela democracia e nos atos de quinta-feira a ideia de que foram feitos para dar protagonismo à esquerda. Em paralelo, alardearão os benefícios do governo na área social

Estratégia para reduzir danos

» HENRIQUE LESSA

Os atos pró-democracia da última quinta-feira tornaram-se um divisor de águas no processo eleitoral deste ano. Se de um lado todos que se engajaram nos movimentos que se espalharam pelo país acreditam ter colocado em freio na escalada agressiva de Jair Bolsonaro (PL) contra o processo eleitoral, ameaçando até mesmo impedir que seja realizado, de outro o próprio presidente, seus apoiadores e o governo tentam consolidar a ideia de que tratou-se de uma manifestação de apoio ao petista Luiz Inácio Lula da Silva — que lidera as pesquisas de intenção de voto na corrida pelo Palácio do Planalto.

A estratégia governista consiste em classificar os atos que se seguiram à leitura da *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito* — como “de esquerda”. Trata-se, como já perceberam os analistas políticos, de uma tática para desviar o foco da adesão à defesa do estado de direito de setores que apoiam o presidente em 2018.

Incomoda Bolsonaro a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que assinaram um manifesto diferente da carta lida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), enxerguem no presidente uma ameaça à democracia e não aceitem ruptura. O professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) Jean Tible lembra que “a Fiesp foi o símbolo do impeachment da (presidente) Dilma (Rousseff), era lá que estava o pato da Fiesp” e, agora, se põe contra o discurso de questionamento das urnas eletrônicas.

“Bolsonaro sentiu o golpe. É o desembarque de um setor importante, do andar de cima da sociedade”, reconhece.

Para Tible, dentro da estratégia da campanha de ligar a carta à esquerda. “Na sua lógica política, até a Fiesp virou comunista”, observa. As manifestações e a carta lida na USP tornaram-se mais um obstáculo para Bolsonaro construir alguma engenharia que possibilite a ruptura institucional.

Dois eixos

Assim, a aposta da campanha do presidente é unir a demonização dos adversários e, ao mesmo tempo, vender uma agenda



Enquanto a esquerda não trocar 'renda mínima' por 'dinheiro para o povo', 'carta em defesa a democracia' ao invés de 'carta em defesa do povo', o bolsonarismo continuará nadando de braçada”

André Janones (Avante-MG), deputado federal

positiva na economia para avançar na estratégia de cooptar o eleitorado dependente dos programas de distribuição de renda do governo. Por causa disso é que, enquanto aconteciam as manifestações em defesa da democracia, Bolsonaro festejava no Twitter mais uma redução no valor do diesel. A queda no preço dos combustíveis, o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600, o vale gás e o voucher dos caminhoneiros são os elementos com os quais o presidente joga para tentar uma virada na corrida eleitoral.

“A eleição não está decidida. Embora Lula esteja com vantagem, Bolsonaro está no páreo, e isso é um feito. Ele perdeu alguns apoios, mas ainda mantém importantes camadas da sociedade”, salienta.

Entre os adversários do presidente, as manifestações de quinta-feira e a carta têm o poder de galvanizar uma parcela do eleitorado, mas não decretam a derrota de Bolsonaro. Hoje aliado de Lula, o deputado federal André Janones (Avante-MG) criticou o documento, que entende se destinar a “uma bolha”. Em suas redes sociais, advertiu a campanha do petista.

“Enquanto a esquerda não trocar 'renda mínima' por 'dinheiro para o povo', 'carta em defesa a democracia' ao invés de 'carta em defesa do povo', o bolsonarismo continuará nadando de braçada. Ou a gente sai das fiesps da vida, da USP e do Twitter e tomemos os grupos de Whats(App), as comunidades, as feiras populares e o interior do país, ou já era. Chega de esperar que o povo venha até nós, é hora de irmos ao povo!”, alertou.

Miguel Schincariol/AFP



Cerimônia da leitura da carta pela democracia, que governo pretende transformar em um evento para dar protagonismo eleitoral à esquerda

» TSE divulga os tempos de tevê

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou, ontem, o tempo que cada presidencialista terá na campanha eleitoral, que serão veiculadas de 26 de agosto a 29 de setembro. O petista Luiz Inácio Lula da Silva terá direito ao maior tempo entre todos os candidatos — 3m20, além de 75 inserções diárias de 30 segundos. Já o presidente Jair Bolsonaro (PL) é o segundo mais bem aquinhado, com 2m40 segundos e mais seis inserções diárias. Simone Tebet, a candidata do MDB, terá 2m16 disponíveis, enquanto a também senadora Soraya Thronicke (União Brasil) garantiu 2m07 segundos. Ciro Gomes, o terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, terá apenas 50s para dar seu recado, enquanto que Luiz Felipe d'Avila vai ser obrigado a otimizar, em 19s, suas propostas.

Ausências e divisões no manifesto

1 milhão

Número de assinaturas recolhidas pela carta em defesa da democracia, lida na quinta-feira na Universidade de São Paulo

Apesar das manifestações cuja *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito* foi a força motriz, algumas importantes entidades da sociedade civil e setores de peso na economia brasileira passaram ao largo do documento. Chamou a atenção, por exemplo, a postura do conselho nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) — protagonista de alguns dos principais momentos políticos da história do país, como as Diretas Já ou o impeachment do ex-presidente Fernando Collor — que optou por divulgar um documento próprio em defesa do estado democrático de direito.

No agronegócio, a adesão ao documento também não foi unânime. Entre as que assinaram, estão a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães &

da Indústria do Milho, Soja e Seus Derivados no Estado de São Paulo (Sindmilho & Soja). Mas a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que agrega todos os setores do agronegócio, não deu o endosso.

Entre os evangélicos e católicos, também houve divisão. O pastor Silas Malafaia, um dos principais líderes das igrejas neopentecostais e ferrenho defensor do presidente Jair Bolsonaro, classificou o manifesto como “uma palhaçada de um bando de esquerdopatas”. Ao mesmo tempo, a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) anunciou que lançará seu próprio documento em defesa da democracia — e, portanto, não endossou a carta lida na USP.

Porém, um grupo de 871 pastores e 467 padres fizeram questão de serem signatários, conforme asseguraram os organizadores do documento. **(HL com a colaboração de Fabio Grecchi)**

SALÁRIOS

Congresso e MP reivindicam aumentos

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

O reajuste promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nos salários dos ministros e servidores, de 18%, abriu caminho para que o Congresso e o Ministério Público (MP) também fossem em busca da melhoria dos seus vencimentos. Com a correção, os ministros da corte passarão a receber R\$ 46,3 mil mensais — atualmente, ganham R\$ 39,3 mil. A correção deve custar cerca de R\$ 4,6 bilhões aos cofres da União até 2024.

Apesar do reajuste ao Judiciário ter sido alvo de críticas de parlamentares de partidos de todos os espectros do Congresso — desde o PSol ao Novo, passando por PT e PL —, deputados e senadores começam a fazer pressão junto às mesas diretoras das duas casas para viabilizar um aumento de aproximadamente 10% aos parlamentares e servidores. Hoje, os congressistas ganham R\$ 33,7 mil, mas, se obtiverem o aumento, embolsariam R\$ 37,07 mil.

O líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), afirma que o foco no Congresso deveria ser o reajuste do salário mínimo, que possui previsão inferior à inflação segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023. Já o deputado federal Marcel van Hattem (Novo-SP) definiu o reajuste dos ministros do STF como um “deboche”, por conta da situação social de milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade. Mas não se manifestou sobre a pressão pelo aumento dos vencimentos dos parlamentares.

“Votarei contra esse pedido que aumenta de R\$ 39 mil para R\$ 46 mil o salário de ministro do Supremo”, disse.

A justificativa que os congressistas forcem uma melhoria nos vencimentos é a falta de reajuste há quase uma década — desde 2014. Se conseguirem, os novos valores passarão a valer a partir de 2021, na próxima legislatura.

Além do Congresso, o Ministério Público também pleiteia os mesmos 18% aprovados pelo

Carlos Alves Moura/SCO/STF



Alegação de Aras para pedir o mesmo percentual de reajuste do STF para o MP é o princípio da paridade

atrasados. Essas indenizações são relativas ao recebimento de férias não usufruídas ao longo da carreira, ou a outros direitos, que são calculados na ocasião da passagem dos militares para a reserva”.

O levantamento realizado pelo deputado apontou que militares da ativa, inativos e pensionistas receberam, em 2020, supersalários na forma de remunerações extraordinárias — alguns ultrapassando R\$ 1 milhão. Entre eles está Walter Braga Netto, candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro (PL) à reeleição. Também receberam grandes quantias o ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e o atual ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos.

O Ministério da Defesa ressaltou, na nota, que “as Forças Armadas cumprem, rigorosamente, a legislação que rege o pagamento de seus militares e servidores civis. Os valores são lançados no Portal da Transparência e são submetidos à fiscalização dos órgãos de controle”.

Militares

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), prevê ainda reajustar o salário de militares e começa a se planejar para criar um grupo de trabalho para analisar o aumento na remuneração.

Em resposta ao pedido de esclarecimentos enviado pelo **Correio** sobre o levantamento,

divulgado ontem, pelo deputado federal Elias Vaz (PSB-GO), o Ministério da Defesa informou por meio de nota que os “totais dos valores individuais, mencionados nas matérias, apresentam incorreções, pois somaram informações simultâneas de contracheque e de ordem bancária lançadas no Portal da Transparência”. Segundo a pasta, os valores divulgados “referem-se à remuneração mensal e a indenizações pontuais e a